



Ecoturismo e agropecuária no Cerrado goiano: potencialidades, desafios e contradições no município de Caiapônia (GO)

Ecotourism and Agriculture in the Cerrado of Goiás: Potentialities, Challenges, and Contradictions in the Municipality of Caiapônia (GO)

Ecoturismo y agropecuaria en el Cerrado de Goiás: potencialidades, desafíos y contradicciones en el municipio de Caiapônia (GO)

Paulo Roberto Ferreira de Aguiar Junior

SEDUC/GO

paulo.rjunior@educ.go.gov.br

Juliana Ramalho Barros

UFG/IESA

juliana@ufg.br

Ana Luisa Lopes Sales

UFG/IESA

ana_sales@discente.ufg.br

Resumo: O artigo analisa as interações entre o ecoturismo e a agropecuária no município de Caiapônia (GO), localizado no bioma Cerrado, com foco nas tensões entre conservação ambiental e uso econômico do território. A partir de uma abordagem qualitativa e do uso do estudo de caso, a pesquisa combina levantamento bibliográfico, análise documental, produção cartográfica e observações de campo. O trabalho problematiza a conversão do potencial natural em produto turístico sustentável, discutindo a ausência de planejamento, a informalidade da atividade turística e o avanço da agropecuária como fatores limitantes. A análise revela contradições entre o discurso da sustentabilidade e a realidade prática, ressaltando a importância de políticas públicas, participação comunitária e infraestrutura adequada para o fortalecimento do ecoturismo como alternativa de desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: ecoturismo; Cerrado; agropecuária; turismo sustentável; Caiapônia (GO)

Abstract: This article analyzes the interactions between ecotourism and agriculture in the municipality of Caiapônia (GO), located in the Cerrado biome, with a focus on the tensions between environmental conservation and the economic use of the territory. Based on a qualitative approach and a case study methodology, the research combines bibliographic review, document analysis, cartographic production, and field observations. The study addresses the challenges of transforming natural potential into a sustainable tourism product, highlighting the lack of planning, the informality of tourism practices, and the expansion of agribusiness as limiting factors. The analysis reveals contradictions between the discourse of sustainability and practical reality, emphasizing the importance of public policies, community participation, and adequate infrastructure for strengthening ecotourism as an alternative for territorial development.

Keywords: ecotourism; Cerrado; agribusiness; sustainable tourism; Caiapônia (GO)

Resumen: El artículo analiza las interacciones entre el ecoturismo y la agropecuaria en el municipio de Caiapônia (GO), ubicado en el bioma Cerrado, con énfasis en las tensiones entre la conservación ambiental y el uso económico del territorio. A partir de un enfoque cualitativo y del uso del estudio de caso, la investigación combina revisión bibliográfica, análisis documental, producción cartográfica y observaciones de campo. El trabajo problematiza la conversión del potencial natural en producto turístico sostenible, discutiendo la ausencia de planificación, la informalidad de la actividad turística y el avance de la agropecuaria como factores limitantes. El análisis revela contradicciones entre el discurso de la sostenibilidad y la realidad práctica, resaltando la importancia de políticas públicas, participación comunitaria e infraestructura adecuada para el fortalecimiento del ecoturismo como alternativa de desarrollo territorial.

Palabras clave: ecoturismo; Cerrado; agropecuaria; turismo sostenible; Caiapônia (GO)

Introdução

O turismo é um fenômeno socioeconômico que transforma os espaços e impacta diretamente as condições de vida humana, com repercussões sociais, culturais, ambientais e econômicas. Seus efeitos podem ser positivos ou negativos, a depender da existência ou ausência de planejamento adequado. Embora represente um importante vetor de geração de renda e empregos, sua complexidade ainda é frequentemente subestimada no Brasil, especialmente pela confusão entre potencial turístico e produto turístico.

A partir do final dos anos 1980, e sobretudo ao longo da década de 1990, o discurso ambiental ganhou força, impulsionado pelas Conferências das Partes (COPs) e pela mobilização internacional em torno das pautas ambientais. Nesse contexto, consolidou-se um novo segmento do setor: o turismo de natureza, que abrange modalidades como Turismo de Aventura, Turismo Ecológico, Ecoturismo, Turismo Rural, Agroturismo e Turismo Alternativo (BENI, 2001). Um importante marco foi o lançamento do Plano Nacional de Ecoturismo, em 1994, alinhado aos princípios da ECO-92.

Diante disso, o turismo de natureza — com destaque para o ecoturismo — passou a ganhar relevância no Brasil, por articular conservação ambiental, geração de renda para comunidades locais e educação ambiental. Segundo o Ministério do Turismo (2024), atualmente o turismo de natureza e o ecoturismo respondem por cerca de 60% do faturamento do setor turístico brasileiro, o que evidencia sua crescente importância econômica e social.

Nesse cenário, o Cerrado configura-se como uma paisagem de elevado valor cênico e diversidade ecológica, com grande potencial para atividades ecoturísticas. Trata-se do Domínio dos Chapadões Recobertos por Cerrados e Penetrados por Florestas-Galeria (AB'SABER, 2003), onde se destacam relevos ruiformes, paisagens cársticas, planícies inundáveis, cânions e inúmeras nascentes e olhos d'água. Ao mesmo tempo, esse território sofre forte pressão da agropecuária moderna, intensificada desde a década de 1970 com políticas como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos

Cerrados (Prodecer). Atualmente, estima-se que cerca de 47% da área do bioma esteja ocupada por atividades agropecuárias.

Essa dualidade - entre conservação e exploração intensiva — impõe desafios à consolidação de um produto turístico sustentável. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a relação entre ecoturismo e agropecuária no município de Caiapônia (GO), reconhecido tanto por seus atrativos naturais quanto pelo protagonismo na produção agropecuária. As perguntas norteadoras são: como converter o potencial ecoturístico de Caiapônia em produto consolidado e sustentável? De que maneira o ecoturismo pode contribuir como estratégia de conservação e desenvolvimento em um dos biomas mais ameaçados do país?

Fundamentos do turismo e do ecoturismo: conceitos e abordagens

A compreensão do fenômeno turístico exige um recuo temporal e conceitual, necessário para contextualizar a atividade em sua forma contemporânea. Diferentemente das viagens, historicamente associadas à satisfação de necessidades básicas como alimentação, abrigo e deslocamento (FRIDGEN, 1990), o turismo configura-se como uma prática mais complexa, que envolve múltiplos elementos — deslocamento, permanência, temporalidade e infraestrutura de suporte — e está diretamente relacionado a aspectos culturais, econômicos e territoriais.

Segundo Beni (2001), a atividade turística estrutura-se sobre elementos fundamentais, conforme apresentado no Quadro 01, quais sejam: o deslocamento, a permanência fora do domicílio, a duração da viagem, a infraestrutura receptiva e os serviços destinados à satisfação das necessidades do turista.

Quadro 01. Elementos da atividade turística

Viagem ou deslocamento	Este é um dos elementos implícitos na noção de turismo: o deslocamento. O movimento está intimamente ligado ao sentido etimológico do termo <i>tour</i> , que significa “movimento circular”, em linguagem figurada. Com base nele, os ingleses, no início do século XIII, formaram <i>tourism</i> e <i>tourist</i> , sendo deles o sentido atual do termo. Sem deslocamento não existe turismo e, embora isso pareça óbvio, é necessário destacar esse elemento para aprofundar a compreensão do fenômeno.
------------------------	---

Permanência fora do domicílio	Estritamente vinculado à viagem, o elemento da permanência fora da residência habitual é parte integrante do conceito de turismo. A duração dessa permanência constitui uma das principais variáveis para a caracterização e classificação do fluxo turístico. Além disso, a infraestrutura receptiva é demandada no destino da viagem [...]
Temporalidade	A viagem e a permanência são os dois primeiros elementos característicos do fenômeno turístico, mas, por si sós, são insuficientes para defini-lo. Viajantes podem incluir aqueles que se deslocam para outra localidade, dentro ou fora do país, com o objetivo de fixar residência temporária ou definitiva. Nesse caso, não se trata de um turista, mas de um emigrante.
Objeto do turismo	O elemento concreto do fenômeno turístico manifesta-se nos equipamentos receptivos e na oferta de serviços voltados à satisfação do turista, constituindo a chamada Empresa de Turismo — estrutura complexa, responsável pela produção, preparação e distribuição de bens e serviços turísticos. "Bem turístico" pode ser definido como qualquer elemento, subjetivo ou objetivo, disponível ao uso, apropriável e passível de valoração econômica.

Fonte: Adaptado de Beni (2001).

Esses elementos estão presentes em diversas definições de turismo apresentadas por Beni (2001), Dias e Aguiar (2002), Barreto (2003) e pela Organização Mundial do Turismo (2010), que define o turismo como:

O turismo compreende as atividades realizadas por pessoas durante suas viagens e estadas em lugares fora do seu ambiente habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no local visitado. (OMT, 2010)

Sendo um fenômeno complexo, o turismo tornou-se ainda mais dinâmico a partir da Revolução Industrial, como destacam Trigo (1998), Barreto (2003) e Aguiar Júnior (2023). Foi a partir desse marco temporal e espacial que o turismo começou a adquirir as dimensões que conhecemos hoje, impulsionado pelo desenvolvimento das infraestruturas de transporte e hospedagem, bem como pelo surgimento de uma classe média oriunda do processo de industrialização, o que intensificou a demanda por atividades de lazer, conforme ressaltam Barreto (2003) e Santos (2014a, 2014b). Nesse contexto, o desenvolvimento dos transportes de massa, como trens e navios, provocou um aumento no fluxo de pessoas, configurando o início do turismo de massa e desencadeando grandes transformações espaciais em escala global.

As grandes transformações urbanas decorrentes do processo de industrialização (LEFEBVRE, 2021) também impactaram o turismo. A evolução e a maior eficácia dos meios técnicos possibilitaram que a classe média viajasse com maior frequência, dando origem ao turismo de massa (Gössling e Hall, 2006). Esse incremento nos meios técnicos, ao permitir o acesso de um número cada vez maior de pessoas às viagens, impulsionou também uma diversificação, ainda tímida, da atividade turística. Vale ressaltar que os problemas advindos do modelo capitalista materializado nas cidades acentuaram problemas, como pressão alta, depressão e doenças cardiovasculares (BÉRGAMO, 2019).

Nesse contexto, o turismo de natureza ganhou destaque, impulsionado tanto pelo desejo de escapar das pressões e da rotina urbana quanto pelas crescentes narrativas ambientais. Essas narrativas foram fortalecidas por encontros internacionais marcantes, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972 — marco inicial de uma trajetória que inclui a Eco-92, a Rio+10, a Rio+20, entre outras edições das Conferências das Partes (COPs).

Diversos segmentos surgiram tendo os elementos naturais como foco principal, entre eles o Turismo de Aventura, o Turismo Ecológico, o Ecoturismo, o Turismo Rural, o Agroturismo e o Turismo Alternativo (BENI, 2001). Entre esses segmentos, o turismo de natureza e o ecoturismo, à primeira vista, podem parecer semelhantes; contudo, Martins e Silva (2018) destacam diferenças importantes entre eles, sendo as mais relevantes aquelas relacionadas à educação ambiental e à integração com a comunidade local.

Contudo, ao se analisarem as particularidades de cada segmento, percebe-se uma convergência ou complementaridade nas práticas, o que sugere a centralidade do turismo de natureza, em torno do qual outros segmentos se articulam por características comuns. Essa perspectiva dialoga com a proposta de Beni (2001) em sua Teoria do Sistema (SISTUR), na qual se destaca a interação entre os conjuntos ambientais — ecológico, social, econômico e cultural. A partir da centralidade do turismo de natureza (Figura 01), é possível identificar diferentes segmentos que se relacionam a ele, seja pelo foco em ambientes naturais, seja pela busca de práticas sustentáveis.



Figura 01: Segmentos ligados ao turismo de natureza

Elaborado pelo Autor

Observa-se, portanto, que, embora distintos em suas práticas, esses segmentos compartilham o elemento central da valorização da natureza como atrativo principal, reforçando a conexão entre turismo, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Entretanto, mesmo todos tendo convergência com o turismo de natureza, o ecoturismo parece abranger mais aspectos ligados às COPs, bem como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente o ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) (TRAVERSO et al., 2023).

A definição de ecoturismo pode assumir diferentes perspectivas. Entre elas, há a proposta de Pires (2002, p. 104), que define:

O ecoturismo prioriza a preservação do espaço natural em que é realizado e seu projeto contempla a conservação antes de qualquer outra atividade [...] e orienta-se pelos seguintes princípios; uso sustentável dos recursos; revitalização das economias locais; qualidade de projetos e de gestão; integração da população local e desenvolvimento planejado e controlado, implicando a não massificação, o baixo impacto e a sustentabilidade.

As características apontadas por Pires (2002) apresentam o ecoturismo como uma forma de gerar renda, ao mesmo tempo em que promove a conservação ambiental e cultural, dialogando, mais uma vez, com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). Nessa perspectiva, Neil e Wearing (2001, p. 12) reforçam que o ecoturismo é “um veículo para o aumento da compreensão dos valores ambientais, além de uma atividade que surgiu em decorrência de uma mudança fundamental na maneira como a sociedade passa a perceber a natureza. Fennell (2010) também aponta que as características principais da estrutura do ecoturismo é o aumento da conscientização ambiental, contribuição para conservação ambiental, permite que as comunidades locais participem das tomadas de decisões do planejamento e tem como objetivo o mínimo impacto na sua atividade.

Na década de 1980, Ceballos-Lascuráin contribuiu para a estruturação inicial do conceito de ecoturismo, ao lado de outros autores que, posteriormente, ampliaram e detalharam suas características. Rodrigues (2003), Furlan (2003) e Machado (2005) são exemplos de pesquisadores que discutem essas especificidades, ressaltando aspectos como a conservação ambiental, o baixo impacto e a valorização das comunidades locais. Por fim, Brasil (2010. P.17) conceitua ecoturismo como:

“Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”

Diante das características apresentadas, pode-se afirmar que o ecoturismo está alinhado ao turismo sustentável, conforme apontam Ruschmann (1997) e Swarbrooke (2000), assim como ao turismo de baixo impacto (TBI), conforme descrito por Neil e Wearing (2001, p. 12).

Considerando as características do ecoturismo, evidencia-se seu potencial como instrumento de geração de renda aliado à conservação ambiental, especialmente em países como o Brasil, cuja diversidade paisagística é moldada por uma rica combinação de elementos físicos e naturais. Nesse contexto, o ecoturismo deve ser promovido

de forma planejada e sustentável, evitando a exploração predatória e priorizando práticas que assegurem a preservação dos ecossistemas, ao mesmo tempo em que favoreçam o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais.

Metodologia

A presente pesquisa adotou o estudo de caso como estratégia metodológica, por se tratar de um recurso adequado à compreensão de fenômenos sociais complexos. Conforme destacam Sátyro e D’Albuquerque (2020, p. 6), essa abordagem fundamenta-se em “questões do tipo ‘qual’ ou ‘como’, que possibilitam análises descritivas e inferências, bem como em questões do tipo ‘por que’, de natureza explicativa”.

Além da metodologia do estudo de caso, adotou-se uma abordagem qualitativa, adequada à investigação de sentidos, significados e dinâmicas sociais relacionadas ao ecoturismo. A pesquisa também se baseou em referencial bibliográfico, o que possibilitou o aprofundamento teórico necessário para uma análise crítica e reflexiva acerca do fenômeno ecoturístico no Cerrado goiano.

Os procedimentos metodológicos seguiram os componentes estruturais propostos por Yin (2002, p. 42), os quais incluem: (i) as questões de estudo; (ii) as proposições, quando houver; (iii) a(s) unidade(s) de análise; (iv) a lógica que relaciona os dados às proposições; e (v) os critérios para interpretação dos achados.

Foi realizado um levantamento bibliográfico em sites oficiais e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>), onde foram encontradas 16 dissertações e 3 teses que adotaram o município de Caiapônia/GO como recorte espacial. Dentre esses trabalhos, apenas duas dissertações abordam questões ligadas ao turismo: *Levantamento das atividades do ecoturismo de cachoeira na região de Caiapônia – GO e seus principais impactos ambientais*, da autora Nara Silveira Guerreira (Pontifícia Universidade Católica de Goiás), e *Avaliação da geodiversidade do mu-*

nicípio de Caiapônia – GO, da autora Andrea Maciel Lima (Universidade Federal de Goiás). Ambas as dissertações tratam de aspectos físico-naturais voltados à exploração e ao dinamismo turístico do município, conhecido como capital das cachoeiras.

O levantamento bibliográfico foi complementado com literatura da área do turismo, incluindo autores clássicos e contemporâneos. Também foram consultados sites institucionais, como ICMBio, IBGE e Portal Goiás, que contribuíram com informações para a análise do ecoturismo na região. Os produtos cartográficos foram elaborados utilizando o software livre QGIS 3.36.1.

Além da pesquisa documental e bibliográfica, realizou-se trabalho de campo no município de Caiapônia/GO, com o objetivo de observar *in loco* os atrativos naturais, a infraestrutura turística e os usos do território relacionados ao ecoturismo. A atividade de campo foi realizada entre os dias 22 e 25 de abril de 2025, período em que foram conduzidas conversas com um guia de turismo local e com responsáveis por meios de hospedagem, visando compreender a percepção dos atores locais sobre a atividade ecoturística no município. Durante a visita, também foram utilizados serviços voltados à atividade turística, como alimentação e transporte, o que possibilitou avaliar aspectos práticos da oferta e da receptividade local.

A escolha do município de Caiapônia/GO, situado na Região da Chapada das Emas, como área de estudo está representada na Figura 02. A delimitação espacial da pesquisa justifica-se pela relevância da localidade no contexto do ecoturismo em Goiás, especialmente pela concentração de atrativos naturais, como cachoeiras, e pela potencialidade para o desenvolvimento do turismo sustentável. A articulação entre dados bibliográficos, bases institucionais e produção cartográfica possibilitou uma análise integrada, voltada à compreensão das dinâmicas socioambientais e do uso turístico do território.

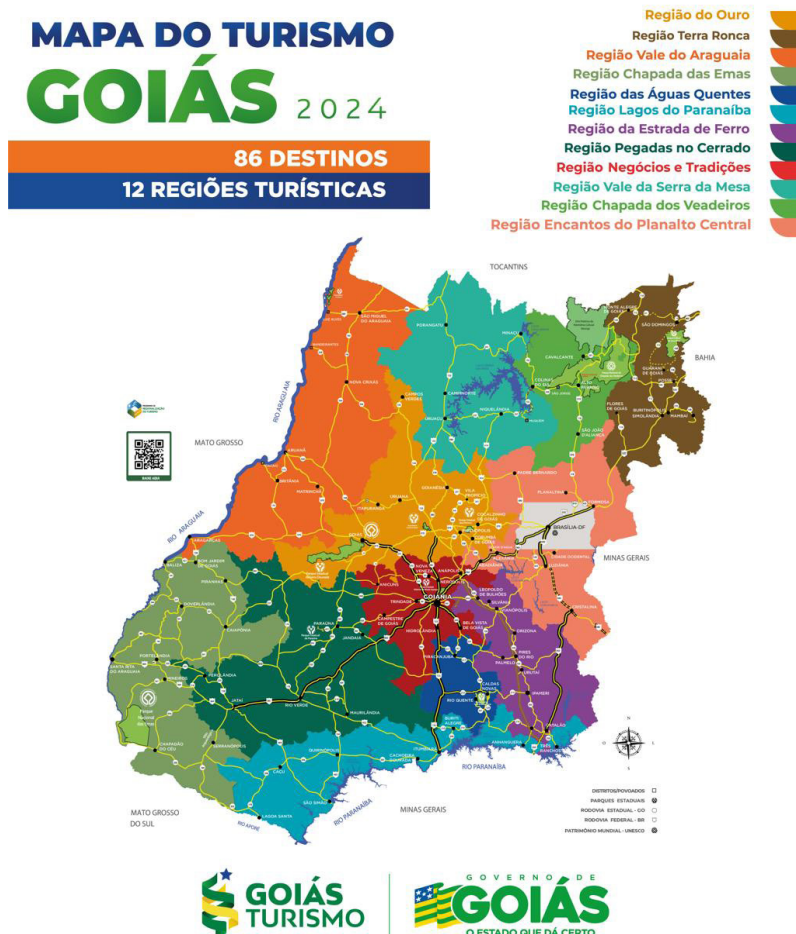


Figura 02 – Mapa do Turismo em Goiás

Fonte: Governo do estado de Goiás.

Caracterização da Área de Estudo

O município de Caiapônia (Figura 3) está localizado na região sudoeste do estado de Goiás, pertencente à mesorregião do Sul Goiano, com área territorial de 8.627,961 km² (IBGE, 2024). Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população em 2024 é de 16.655 habitantes, ocupando a 68ª posição no ranking estadual e a 3ª colocação em sua respectiva região geográfica (IBGE, 2025). Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município foi de R\$ 42.563,87, posicionando Caiapônia entre os 74 municípios com melhores índices no estado e entre os 10 melhores de sua região imediata. As principais vias de acesso ao município são as rodovias GO-221, GO-060 e BR-158.

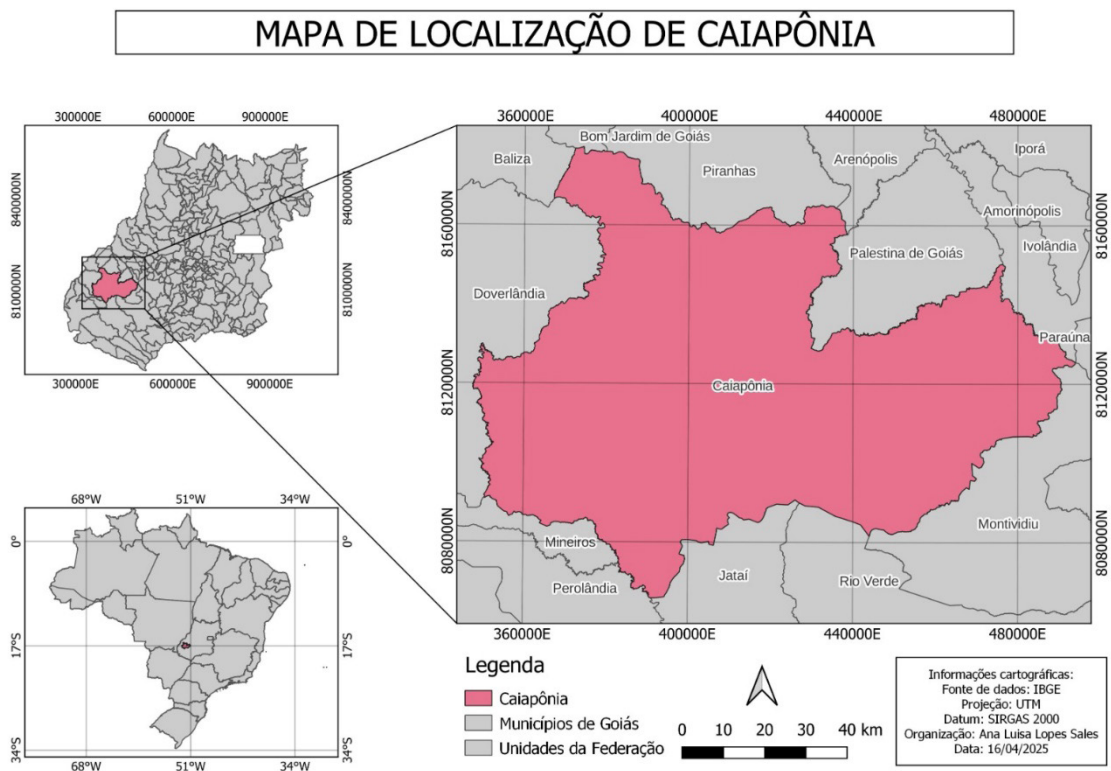


Figura 03 – Mapa de localização de Caiapônia

Elaboração: Autores

As atividades agropecuárias estão presentes nos 246 municípios de Goiás, impulsionadas por programas como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecerr) e o Polocentro. Em 86 desses municípios, o setor agropecuário representa a principal composição do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que “86 cidades o segmento representa a principal composição do Produto Interno Bruto (PIB)” (GOIÁS, 2020). Caiapônia destaca-se nesse cenário, ocupando a segunda posição no ranking nacional da pecuária de corte, ao lado de Nova Crixás e São Miguel do Araguaia, conforme reportado na matéria *Mapeamento do agro revela o protagonismo do setor na economia goiana* (GOIÁS, 2020).

Além da pecuária, a produção de grãos também apresentou crescimento expressivo. Segundo Silva e Clemente (2023, p. 12), “a área para cultivo de milho passou de 7.000 já em 1990, para 41.000 já em 2018, observando-se um aumento de 486%, enquanto a área destinada para

produção de soja passou de 13.000 já em 1990, para 98.000 já em 2018, um aumento de 654%". Esses dados evidenciam a consolidação de Caiapônia como um importante polo de produção agropecuária, tanto na pecuária de corte quanto no cultivo de commodities.

Além de sua expressiva participação na produção agropecuária estadual, Caiapônia também se destaca pelas características naturais que sustentam tanto a atividade econômica quanto o potencial ecoturístico do município. A compreensão da dinâmica territorial local exige, portanto, uma análise integrada dos elementos físico-naturais — como relevo, hidrografia e clima — que desempenham papel central na conformação da paisagem e na viabilidade de atividades ligadas ao turismo de natureza. Nesse sentido, a caracterização geomorfológica, hidrográfica e climática permite compreender as condições que favorecem, por exemplo, a formação das numerosas cachoeiras da região, principal atrativo ecoturístico do município.

Maciel (2022), ao descrever o compartimento geomorfológico de Caiapônia (GO), identifica seis unidades distintas: depressão dissecada, planalto, rampa de colúvio, rebordo erosivo, relevo residual e planície fluvial (Figura 04). A caracterização geomorfológica é fundamental para a compreensão das potencialidades ecoturísticas da região, uma vez que influencia diretamente a formação das cachoeiras — um dos principais atrativos locais.

Outro fator essencial para a existência e a distribuição desses atrativos naturais é a hidrografia regional. A mesma autora (Op. Cit., 2022) apresenta a área de estudo dividida em cinco bacias hidrográficas — Ribeirão Boa Vista, Ribeirão Cana Verde, Ribeirão Paraíso, Rio Bonito e Rio Verde (ou Verdão) —, além de identificar cinco regiões hidrográficas: Rio Piranhas a montante da foz do córrego Corgão; Rio Caiapó a montante da foz do Rio Bonfim; Rio do Peixe; foz do Ribeirão Paraíso e Ribeirão Cana Verde; e Rio do Peixe a montante da foz do Ribeirão Cana Verde.

Segundo Rodrigues et al. (2023, p. 156), "cerca de 74,6% do bioma Cerrado pode ser classificado como clima tropical de savana e inverno seco (Aw)", conforme a classificação climática de Köppen. Esse tipo de clima se caracteriza por uma alternância entre períodos secos e

úmidos, com duas estações de transição (BARROS, 2003). No caso do município de Caiapônia (GO), a análise detalhada das variáveis climáticas, como precipitação e temperatura, é limitada pela ausência de uma estação meteorológica local. Como observa Maciel (2022), os dados disponíveis para a caracterização do clima da região dependem de informações provenientes das estações de Jataí (EM 83464), Mineiros (EM 83467) e Rio Verde (EM 83470).

Em relação à vegetação, Caiapônia (GO) está situada no domínio morfoclimático que Aziz Ab'Saber denomina como *Domínio dos Chapadões Recobertos por Cerrados e Penetrados por Florestas-Galeria*, o segundo em extensão territorial no Brasil, ficando atrás apenas das *Terras Baixas Florestadas*. Segundo Aziz Ab'Saber (2003, p. 18), trata-se de um conjunto paisagístico "monótono, sobretudo no que concerne às suas feições geomórficas e fitogeográficas". No entanto, essas paisagens, moldadas por flutuações climáticas ao longo do tempo, originaram áreas singulares como Caiapônia, considerada a capital das cachoeiras.

As principais fitofisionomias encontradas nesse domínio incluem Cerradões, Matas de Galeria, Matas Ciliares, Veredas, entre outras (RIBEIRO e WALTER, 2008). Com exceção das Veredas, que se associam às Formações Savânicas, todas essas formações estão relacionadas às Formações Florestais e enfrentam um acelerado processo de extinção em virtude do avanço da agropecuária.

A retórica da sustentabilidade e a degradação real: o uso da narrativa ecológica no Cerrado

Desde a Conferência de Estocolmo (1972), passando pela ECO-92 e pelos marcos das COPs, como o Protocolo de Kyoto (1997) e o Acordo de Paris (2015), a pauta ambiental foi institucionalizada no plano internacional, com forte apelo ao desenvolvimento sustentável. No entanto, como aponta Monteiro (1981) esses documentos não resultam em nenhuma ação eficaz para conter o avanço da degradação ambiental.

Para além dos documentos oficiais oriundos dos encontros internacionais, há também instrumentos nacionais, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), considerados fundamentais para prevenir e mitigar riscos e impactos negativos

ao meio ambiente. Embora o EIA/RIMA seja formalmente concebido como instrumento de mitigação de impactos, sua aplicação concreta frequentemente revela distorções estruturais.

A utilização dos instrumentos de avaliação ambiental, como o EIA e o RIMA, tem sido amplamente questionada, uma vez que, em muitos casos, deixam de cumprir sua função preventiva e orientadora para se converterem em ferramentas que legitimam projetos com forte apelo econômico. Como aponta Souza (2019), tais instrumentos são frequentemente elaborados por empresas contratadas pelos próprios empreendimentos interessados, o que compromete sua neutralidade e efetividade. Ainda que contenham ressalvas ou apontem impactos negativos, esses documentos tendem a favorecer a viabilidade dos projetos, revelando uma promíscua relação entre poder público, agentes privados e interesses econômicos dominantes..

Além desses instrumentos, que em tese poderiam contribuir para o combate ao desmatamento e às alterações climáticas, outro movimento emergiu com a promessa de aumentar a produtividade ao mesmo tempo em que se conservaria mais: a Revolução Verde. Como aponta Gonçalves (2023, p. 123), esse processo foi sustentado pelo discurso de que representaria “a solução definitiva para os problemas da fome no mundo”. Contudo, seus desdobramentos incluem a concentração fundiária, o uso intensivo de agrotóxicos e a aplicação excessiva de insusos químicos. Esses elementos, ao se infiltrarem nos lençóis freáticos e rios, têm provocado alterações na qualidade da água e comprometido a fauna aquática.

Toda a narrativa ambiental construída em diferentes escalas e esferas tem sustentado a ideia de que a transição para fontes de energia renovável representa a principal solução para as alterações climáticas e, por consequência, para a degradação ambiental. Essa perspectiva, no entanto, tende a simplificar a complexidade do problema, ao associar os eventos climáticos extremos quase exclusivamente ao uso de combustíveis fósseis. Com isso, outros fatores determinantes, como a remoção da cobertura vegetal em grande parte dos biomas brasileiros — especialmente no Cerrado —, acabam sendo secundarizados ou invisibilizados no debate ambiental.

As limitações da nossa realidade político-institucional, conforme aponta Souza (2019), estão relacionadas a uma estrutura marcada por fragilidades no enfrentamento das desigualdades socioambientais, refletindo um Estado permeado por interesses que favorecem a reprodução das elites econômicas. Essa configuração se articula a um modo de produção capitalista baseado na exploração intensiva dos elementos naturais para a geração de mais-valia, cada vez mais orientado por um renascimento do liberalismo clássico (HAYEK, 2021). No caso brasileiro, trata-se de uma sociedade historicamente guiada pela lógica da maximização dos lucros, marcada por um processo de colonização que, segundo Freyre (2023), foi estruturado sobre a concentração fundiária e o privilégio.

Essa trajetória, reforçada por instrumentos legais como a Lei de Terras de 1850 e o Estatuto da Terra de 1970, foi intensificada pela Revolução Verde, que, ao invés de promover justiça social ou sustentabilidade, aprofundou as desigualdades e agravou os impactos ambientais sobre os biomas nativos.

A concentração fundiária e a degradação ambiental no Cerrado ocorreram, em grande parte, em função da expansão da produção de *commodities* voltadas à exportação, tendo a China como principal mercado consumidor, conforme apontado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2024).

Embora os dados recentes indiquem uma redução nas taxas de desmatamento no bioma Cerrado, essa aparente melhora merece uma análise mais cuidadosa: estaria ela relacionada a políticas ambientais eficazes ou, antes, à progressiva escassez de áreas ainda disponíveis para desmatamento? De todo modo, o avanço contínuo da fronteira agropecuária segue como uma preocupação central, pois dados do Relatório Anual do Desmatamento (RAD) apontam que mesmo havendo um decréscimo os dados ainda são alarmantes.

Essa tensão entre conservação e uso econômico do território impõe desafios importantes à consolidação de práticas sustentáveis, especialmente em regiões de grande potencial ambiental e turístico, como é o caso de Caiapônia (GO). Nesse contexto, torna-se essencial refletir sobre as potencialidades e os produtos turísticos locais, analisando os

limites e as possibilidades do ecoturismo como alternativa de desenvolvimento territorial sustentável.

Entre potencialidades e produtos turísticos: limites e possibilidades para o ecoturismo em Caiapônia (GO)

O conceito de ecoturismo apresenta diferentes interpretações, sendo possível identificar distinções entre autores como Rodrigues (2003), Furlan (2003), Kinker (2002), Machado (2005), Neil e Wearing (2001) e Pires (2001). No entanto, elementos como a conservação ambiental, a educação ambiental e a geração de renda são recorrentes e constituem um núcleo comum entre as distintas abordagens

A atividade ecoturística está alicerçada no paradigma do Turismo Sustentável, o qual defende a utilização racional e responsável dos recursos naturais, com enfoque conservacionista, associado à geração de renda local e à promoção da educação ambiental. Nesse contexto, o desenvolvimento vinculado ao turismo sustentável não se restringe à dimensão econômica, mas incorpora uma concepção ampliada conforme proposta por Sachs (2004), baseada nos princípios da igualdade, equidade e solidariedade. Ao tratar especificamente do desenvolvimento sustentável, o autor acrescenta ainda a imprescindível dimensão da “sustentabilidade social” (SACHS, 2004, p. 13), reforçando a necessidade de um modelo que integre justiça social, conservação ambiental e viabilidade econômica.

Dentre os aspectos considerados fundamentais para a efetivação do turismo sustentável — do qual o ecoturismo é uma vertente — destaca-se o papel central da comunidade local, que constitui o núcleo estruturante desse modelo de desenvolvimento. A participação comunitária deve ocorrer de forma ativa e abrangente, não apenas no planejamento, mas também na execução dos projetos ecoturísticos. Para tanto, é essencial que os moradores sejam capacitados para atuar como guias, produzir souvenirs, gerir e serem donos dos meios de hospedagem e acessar linhas de financiamento, entre outros elementos que garantam sua inserção qualificada e o fortalecimento da economia local.

Além de fortalecer a comunidade local para o desenvolvimento do ecoturismo, é imprescindível que o poder público atue de forma direta, assegurando a infraestrutura necessária para que os núcleos receptores estejam adequadamente equipados para atender às demandas desse segmento. Torna-se urgente transformar a noção de potencialidade em efetivo produto turístico — não basta apenas reconhecer a existência de um atrativo natural como fator suficiente para a consolidação da atividade. Tal concepção é ultrapassada e limita a compreensão sobre o ecoturismo, segmento que, segundo o Ministério do Turismo (2024), é responsável por aproximadamente 60% do faturamento do setor turístico brasileiro.

Beni (2001, p.26) aponta que um produto

“turístico é o resultado da soma de recursos naturais e culturais e serviços produzidos por uma pluralidade de empresas, algumas das quais operam a transformação da matéria-prima em produto acabado, enquanto outras oferecem seus bens e serviços já existentes, vai-se constatar que, a demanda é gerada pelos clientes potenciais, que estão dispostos a consumir o produto mediante a propaganda de seus atributos.”

Tendo como base a ideia de produto turístico, apresentada por Beni (2001) percebe-se que muitos dos núcleos receptores não possuem um produto turístico, apenas elementos naturais que são utilizados e tornam-se recursos naturais, contudo, não há uma forma sistemática de utilização desses recursos, não se percebe o encadeamento de empresas trabalhando para o desenvolvimento das potencialidades em produto.

Em Caiapônia (GO), conhecida como a capital das cachoeiras, observa-se a ausência de sinalização turística adequada, o que compromete a orientação dos visitantes e dificulta a experiência turística. Essa lacuna pode ser interpretada como indicativo de improvisação ou falta de profissionalização por parte dos responsáveis pela atividade turística no município. Outro aspecto que merece destaque é a inoperância do Centro de Atendimento ao Turista (CAT), cuja estrutura ainda se encontrava em construção no período da visita técnica realizada entre os dias 18 e 20 de abril de 2025. Nas cachoeiras visitadas, não há qualquer

ponto de apoio para os visitantes, tampouco sinalização informativa ao longo das trilhas. O acesso à cachoeira Santa Helena, localizada em propriedade privada, é precário, exigindo que o visitante pule uma cerca para lancha-la — situação incompatível com a segurança e a organização esperadas em um atrativo turístico. Ressalte-se que, segundo o guia local, essa é uma das cachoeiras mais visitadas da região.

Outro aspecto negativo observado tanto na cachoeira Santa Helena quanto na cachoeira Lageado refere-se ao uso de churrasqueiras instaladas próximas às quedas d'água. No caso da cachoeira Lageado, embora exista um restaurante que oferece alimentação e bebidas, foi identificado um elevado consumo de bebidas alcoólicas no local. Tal prática contraria os princípios do ecoturismo e do turismo de natureza, que pressupõem o uso responsável dos espaços naturais, com foco na conservação ambiental e na experiência educativa e contemplativa.

Além dos elementos observados que se distanciam das diretrizes de um produto ecoturístico — tanto na área urbana quanto nos atrativos naturais visitados —, destaca-se também a ausência de registro no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), o que evidencia a informalidade e a falta de conformidade com as exigências legais do setor.

Outro dado que merece atenção refere-se à arrecadação gerada pelas atividades turísticas. Ao comparar Caiapônia com Serranópolis, município integrante da mesma região turística (Chapada das Emas), observa-se uma contradição: embora Serranópolis tenha menor extensão territorial e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior — 0,681, frente aos 0,735 de Caiapônia, segundo o IBGE (2010) —, sua arrecadação turística é superior, conforme demonstrado sendo de Serranópolis de R\$75.488,09 e de Caiapônia de R\$58.133,02 (GOIAS, 2023). Esse contraste evidencia um melhor aproveitamento do potencial turístico por parte de Serranópolis, em comparação com Caiapônia.

Para um município reconhecido como a “capital das cachoeiras”, os resultados relacionados à arrecadação turística permanecem aquém do potencial existente. Tal discrepância evidencia que o segmento do ecoturismo ainda não é plenamente compreendido nem valorizado pelo

poder público e pela população local como um vetor de transformação socioeconômica. Essa distância entre o que poderia ser e o que de fato é, sustenta afirmações como a de Swarbrooke (2000), segundo o qual o ecoturismo nada tem de verdadeiramente sustentável.

Nesse mesmo sentido, Ruschmann (1997) também apresenta ressalvas à atividade ecoturística, ao destacar que, mesmo quando praticado em áreas naturais, o turismo tende a causar impactos ambientais significativos, transformando tais espaços em zonas parcialmente urbanizadas e poluídas pela presença desordenada de visitantes. Apesar das críticas, a autora propõe caminhos para mitigar esses efeitos, como a sensibilização e a informação do público, a adoção de taxas de uso e ocupação dos recursos turísticos, entre outras medidas regulatórias.

Swarbrooke (2000), entretanto, adota uma postura mais cética, ao advertir que o ecoturismo de hoje pode se tornar o turismo de massa de amanhã. Vai além ao sugerir que o ecoturismo, em muitos casos, se aproxima de uma lógica narcisista — o chamado “egoturismo” —, o que se alinha à crítica de Debord (1997), para quem o turismo constitui um dos elementos estruturantes da sociedade do espetáculo, marcada pela superficialidade e pela mercantilização da experiência.

Entre potencialidades e produtos turísticos: limites e possibilidades para o ecoturismo em Caiapônia (GO)

O conceito de ecoturismo apresenta diferentes interpretações, sendo possível identificar distinções entre autores como Rodrigues (2003), Furlan (2003), Kinker (2002), Machado (2005), Neil e Wearing (2001) e Pires (2001). No entanto, elementos como a conservação ambiental, a educação ambiental e a geração de renda são recorrentes e constituem um núcleo comum entre as distintas abordagens.

A atividade ecoturística está alicerçada no paradigma do Turismo Sustentável, o qual defende a utilização racional e responsável dos recursos naturais, com enfoque conservacionista, associado à geração de renda local e à promoção da educação ambiental. Nesse contexto, o desenvolvimento vinculado ao turismo sustentável não se restringe à dimensão econômica, mas incorpora uma concepção ampliada conforme proposta por Sachs (2004), baseada nos princípios da igualdade,

equidade e solidariedade. Ao tratar especificamente do desenvolvimento sustentável, o autor acrescenta ainda a imprescindível dimensão da “sustentabilidade social” (SACHS, 2004, p. 13), reforçando a necessidade de um modelo que integre justiça social, conservação ambiental e viabilidade econômica.

Dentre os aspectos considerados fundamentais para a consolidação do turismo sustentável — do qual o ecoturismo é uma vertente — destaca-se o papel central da comunidade local, que constitui o núcleo estruturante desse modelo de desenvolvimento. A participação comunitária deve ocorrer de forma ativa e abrangente, abrangendo não apenas o planejamento, mas também a execução das iniciativas ecoturísticas. Para tanto, é imprescindível que os moradores sejam capacitados para atuar como guias, produzir souvenirs, gerir e serem proprietários de meios de hospedagem, além de acessarem linhas de financiamento, entre outros mecanismos que assegurem sua inserção qualificada e o fortalecimento da economia local.

No caso de Caiapônia, a participação comunitária mostrou-se incipiente diante do expressivo potencial turístico da região. Observou-se a existência de uma associação de condutores; contudo, não há site institucional ou perfis ativos em redes sociais que permitam aos visitantes interessados obter informações sobre os atrativos locais. Ademais, não se identificou uma produção direcionada ao turismo, como souvenirs, produtos artesanais ou estabelecimentos voltados à gastronomia regional. Mesmo as hospedagens disponíveis concentram-se, em sua maioria, na recepção de viajantes a trabalho, não sendo estruturadas para atender às demandas do ecoturismo.

Além de fortalecer a comunidade local para o desenvolvimento do ecoturismo, é imprescindível que o poder público atue de forma direta, assegurando a infraestrutura necessária para que os núcleos receptores estejam adequadamente equipados para atender às demandas desse segmento. Torna-se urgente transformar a noção de potencialidade em efetivo produto turístico — não basta apenas reconhecer a existência de um atrativo natural como fator suficiente para a consolidação da atividade. Tal concepção é ultrapassada e limita a compreensão sobre o ecoturismo, segmento que, segundo o Ministério do Turismo (2024), é responsável por aproximadamente 60% do faturamento do setor turístico brasileiro.

Beni (2001, p.26) aponta que um produto turístico

é o resultado da soma de recursos naturais e culturais e serviços produzidos por uma pluralidade de empresas, algumas das quais operam a transformação da matéria-prima em produto acabado, enquanto outras oferecem seus bens e serviços já existentes, vai-se constatar que, a demanda é gerada pelos clientes potenciais, que estão dispostos a consumir o produto mediante a propaganda de seus atributos.

Tendo como base a concepção de produto turístico apresentada por Beni (2001), observa-se que Caiapônia (GO), assim como ocorre em muitos núcleos receptores, ainda não dispõe de um produto turístico consolidado. Há, na região, elementos naturais que são utilizados como recursos turísticos; entretanto, inexistente uma forma sistemática de aproveitamento desses recursos, assim como um encadeamento de empreendimentos voltados à estruturação de um produto turístico coerente com as potencialidades locais.

Conhecida como a “capital das cachoeiras”, Caiapônia apresenta diversas lacunas que podem ser interpretadas como indícios de improvisação ou de ausência de profissionalização por parte dos responsáveis pela atividade turística no município. Dentre essas lacunas, destaca-se a ausência de sinalização turística adequada, o que compromete a orientação dos visitantes e prejudica sua experiência. Não há mapas indicando as localizações dos atrativos nem informações sobre os acessos às cachoeiras, as quais, em sua maioria, estão situadas em propriedades privadas.

Nesse sentido, merece destaque a inoperância do Centro de Atendimento ao Turista (CAT), cuja estrutura ainda se encontrava em construção durante a visita técnica realizada entre os dias 18 e 20 de abril de 2025. Segundo relato de um guia local, uma das cachoeiras mais visitadas da região é a Santa Helena, que reúne um conjunto de quedas-d'água propícias ao banho, além de significativa beleza cênica. Contudo, o atrativo está inserido em uma grande propriedade privada, cujos proprietários não demonstram interesse em desenvolver o local como destino turístico.

O acesso à cachoeira, embora viável por veículos automotores comuns, é precário do ponto de vista da visitação turística: a trilha inicia-se com a necessidade de atravessar uma cerca, o que revela ausência de infraestrutura mínima e de segurança, além de comprometer a organização esperada de um atrativo turístico. Não há qualquer informação sobre o grau de dificuldade do percurso, tampouco pontos de apoio aos visitantes ou sinalização informativa ao longo do trajeto.

Outro aspecto negativo identificado tanto na cachoeira Santa Helena quanto na cachoeira Lageado foi o uso de churrasqueiras em áreas próximas às quedas-d'água. Na cachoeira Lageado, apesar da presença de um pequeno restaurante, é comum que visitantes montem barracas e coloquem mesas e cadeiras às margens do rio — e até mesmo dentro da água. Nesse local, observou-se ainda o elevado consumo de bebidas alcoólicas e a presença de grande quantidade de lixo. Tais práticas contrariam os princípios do ecoturismo e do turismo de natureza, que pressupõem o uso responsável dos espaços naturais, com foco na conservação ambiental e na promoção de experiências educativas e contemplativas.

Adicionalmente, observa-se também a escassez de opções de hospedagem no município. As poucas unidades existentes apresentam, em geral, estrutura simples e voltada majoritariamente para viajantes a trabalho, como representantes comerciais e técnicos de campo. Não se identificam hospedagens direcionadas ao perfil do ecoturista, que costuma valorizar acomodações integradas à natureza, ambientes acolhedores e informações sobre os atrativos naturais da região. Também não há infraestrutura adequada para atender aqueles que não buscam hospedagens rústicas, mas esperam encontrar conforto e boas condições de alojamento ao retornarem dos passeios, além de desejarem vivenciar aspectos culturais e gastronômicos da cidade. Essa lacuna compromete tanto a permanência prolongada do visitante quanto a diversificação da experiência turística, reduzindo as possibilidades de fortalecimento da economia local. Evidencia-se, assim, a necessidade de investimentos em meios de hospedagem mais alinhados às diferentes demandas do turismo de natureza.

Além dos elementos observados que se distanciam das diretrizes de um produto ecoturístico — tanto na área urbana quanto nos atrativos naturais visitados —, destaca-se também a ausência de registro no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), o que evidencia a informalidade e a falta de conformidade com as exigências legais do setor.

Outro dado que merece atenção refere-se à arrecadação gerada pelas atividades turísticas. Ao comparar Caiapônia com Serranópolis, município integrante da mesma região turística (Chapada das Emas), observa-se uma contradição: embora Serranópolis tenha menor extensão territorial e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior — 0,681, frente aos 0,735 de Caiapônia, segundo o IBGE (2010) —, sua arrecadação turística é superior, conforme demonstrado sendo de Serranópolis de R\$75.488,09 e de Caiapônia de R\$58.133,02 (GOIAS, 2023). Esse contraste evidencia um melhor aproveitamento do potencial turístico por parte de Serranópolis, em comparação com Caiapônia.

Para um município reconhecido como a “capital das cachoeiras”, os resultados relacionados à arrecadação turística permanecem aquém do potencial existente. Tal discrepância evidencia que o segmento do ecoturismo ainda não é plenamente compreendido nem valorizado pelo poder público e pela população local como um vetor de transformação socioeconômica. Essa distância entre o que poderia ser e o que de fato é, sustenta afirmações como a de Swarbrooke (2000), segundo o qual o ecoturismo nada tem de verdadeiramente sustentável.

Nesse mesmo sentido, Ruschmann (1997) também apresenta ressalvas à atividade ecoturística, ao destacar que, mesmo quando praticado em áreas naturais, o turismo tende a causar impactos ambientais significativos, transformando tais espaços em zonas parcialmente urbanizadas e poluídas pela presença desordenada de visitantes. Apesar das críticas, a autora propõe caminhos para mitigar esses efeitos, como a sensibilização e a informação do público, a adoção de taxas de uso e ocupação dos recursos turísticos, entre outras medidas regulatórias.

Considerações Finais

A análise das dinâmicas entre ecoturismo e agropecuária em Caiapônia (GO) revela não apenas a coexistência tensa entre conservação e exploração, mas também a lacuna entre o potencial natural e sua efetiva conversão em produto turístico sustentável. Mais do que a ausência de infraestrutura ou planejamento, o que se observa é uma fragilidade estrutural que compromete a consolidação do ecoturismo como vetor de desenvolvimento.

Para além da evidente carência de infraestrutura e da ausência de planejamento voltado ao turismo no município, é fundamental ampliar a análise para o padrão de uso e ocupação do domínio morfoclimático do Cerrado, historicamente orientado pela lógica da produção de commodities. Esse modelo, alicerçado em práticas intensivas e de larga escala, contribui de forma decisiva para a degradação ambiental do bioma — hoje o mais devastado do Brasil. Tal degradação compromete diretamente a base do ecoturismo, cuja viabilidade está ligada a elementos naturais. Ao esvaziar a paisagem de sua diversidade e complexidade ecológica, o avanço da fronteira agrícola não apenas ameaça a biodiversidade, mas também reduz o potencial de desenvolvimento de atividades sustentáveis ancoradas na conservação e na valorização territorial.

Observa-se, ao longo das últimas décadas, que as narrativas ambientais construídas nas Conferências das Partes (COPs), a formulação de protocolos internacionais voltados à mitigação dos impactos ambientais e a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) não têm conseguido produzir efeitos concretos à altura dos desafios enfrentados. Persiste um distanciamento entre os discursos institucionais e as práticas efetivas, especialmente em contextos locais marcados por desigualdades estruturais e interesses econômicos hegemônicos. Como apontou Monteiro (1981), as centenas de páginas produzidas pela Conferência de Estocolmo, em 1972, pouco repercutiram na realidade social concreta, o que põe em questão a eficácia e a objetividade desses documentos.

Nesse contexto, torna-se necessário reconhecer que o próprio ecoturismo, em muitos casos, opera mais como uma (eco)narrativa do que como uma prática efetivamente sustentável. Isso porque esse segmen-

to pressupõe a existência de ambientes pouco ou minimamente impactados pela ação antrópica — uma condição cada vez mais rara, especialmente no bioma Cerrado, profundamente marcado pela intervenção agropecuária. Além disso, é preciso considerar a conduta dos próprios sujeitos do turismo. Como adverte Swarbrooke (2000), o ecoturismo de hoje corre o risco de tornar-se o turismo de massa de amanhã, tendência que se confirma na lógica acelerada da sociedade contemporânea, pouco afeita aos tempos lentos e contemplativos que o ecoturismo requer. Nesse mesmo sentido, Debord (1997) já alertava que vivemos em uma sociedade do espetáculo, na qual a experiência é mediada por aparências e pela mercantilização da vida cotidiana — o que fragiliza ainda mais a promessa transformadora do ecoturismo.

Diante desse cenário, Caiapônia emerge como um microcosmo das contradições que atravessam o ecoturismo no Brasil: território de reconhecido valor cênico e ecológico, mas cuja apropriação turística ainda se dá de forma improvisada, desconectada das premissas básicas do turismo sustentável. A informalidade das práticas, a ausência de políticas públicas efetivas e a fragilidade das estruturas de recepção revelam que, embora o município concentre atrativos naturais relevantes, permanece distante de consolidar-se como destino ecoturístico estruturado. Portanto, a consolidação de Caiapônia como destino ecoturístico sustentável exige não apenas o reconhecimento de suas potencialidades naturais, mas a implementação de ações estruturadas e contínuas que articulem planejamento territorial, capacitação da comunidade e gestão pública comprometida com a conservação.

Referencial Bibliográfico

AB'SABER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AGÊNCIA BRASIL. Desmatamento no Cerrado emite 135 milhões de toneladas de CO₂ desde 2023. Valor Econômico, Brasília, 18 set. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/18/desmatamento-no-cerrado-emite-135-milhes-de-toneladas-de-co2-desde-2023.ghml>. Acesso em: 1 maio 2025.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo Roberto Ferreira de. A procura do eco na atividade turística em Terra Ronca (GO). 2023. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

BARRETO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BAUDRILLARD, Jean. A sociedade do consumo. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Arte e Comunicação, 2018.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 5. Ed. São Paulo: Senac, 2001.

BÉRGAMO, Karolina. Os problemas de saúde que atingem as grandes cidades. Veja Saúde, 7 jan. 2019. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/bem-estar/os-problemas-de-saude-que-atingem-as-grandes-cidades>. Acesso em: 1 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas. 2. Ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Em 10 anos, turismo contribuirá com US\$ 16 trilhões na economia dos países, estima WTTC. Brasília: AgênciaGov, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/em-10-anos-turismo-contribuira-com-us-16-trilhoes-na-economia-dos-paises-estima-wttc>. Acesso em: 21 abr. 2025.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. Brasil já perdeu um terço de sua vegetação nativa, mostra MapBiomias. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/brasil-ja-perdeu-um-terco-de-sua-vegetacao-nativa-mostra-mapbiomas/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. Relatório de exportações do agronegócio brasileiro em 2023. Piracicaba: ESALQ/USP, 2024. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br>. Acesso em: 10 maio 2025.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. Brasil já perdeu um terço de sua vegetação nativa, mostra MapBiomas. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/brasil-ja-perdeu-um-terco-de-sua-vegetacao-nativa-mostra-mapbiomas/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

EMBRAPA. Definição de fitofisionomia. Disponível em: <https://www.webambiente.cnptia.embrapa.br/webambiente/wiki/doku.php?id=webambiente:fitofissionomia>. Acesso em: 21 abr. 2025.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues. Fundamentos do turismo: conceito, normas e definições. Campinas, SP: Alínea, 2002.

FRIDGEN, Joseph. Dimensions of tourism. Michigan: Educational Institute of the American Hotel & Motel Association, 1990.

FURLAN, Sueli Ângelo. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). Ecoturismo no Brasil. São Paulo: Contexto, 2003. P. 47-58.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 50. Ed. São Paulo: Global, 2003.

GOVERNO DE GOIÁS. Goiás se consolida como líder na produção de trigo no Centro-Oeste. Disponível em: <https://goias.gov.br/agricultura/goias-se-consolida-como-lider-na-producao-de-trigo-no-centro-oeste/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

GÖSSLING, Stefan; HALL, C. Michael (Ed.). Tourism and global environmental change: ecological, economic, social and political interrelationships. London; New York: Routledge, 2006.

HAYEK, Friedrich A. von. O renascimento do liberalismo: princípios da Escola Austríaca e os ideais da liberdade econômica. São Paulo: Faro Editorial, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros – 2025. Brasília: IBGE, 2025.

KINKER, Sônia. Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais. Campinas, SP: Papirus, 2002. (Coleção Turismo).

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LIMA, Maria Lucia Costa. (Eco)turismo em Unidades de Conservação. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). Ecoturismo no Brasil. São Paulo: Contexto, 2003. P. 71-81.

MACIEL, Andrea M. Avaliação da geodiversidade do município de Caiapônia – GO. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

MACHADO, Álvaro. Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005.

MARTINS, Patrícia Cristina Statella; SILVA, Charlei Aparecido da. Turismo de natureza ou na natureza ou ecoturismo? Reflexões e contribuições sobre um tema em constante debate. Revista Turismo em Análise, v. 29, n. 3, p. 487-504, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v29i3.p487-504>.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A questão ambiental no Brasil: 1960-1980. São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Geografia, 1981.

NEIL, John; WEARING, Stephen. Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri: Manole, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. International recommendations for tourism statistics 2008. New York: United Nations, 2010.

PIRES, Paulo dos Santos. Dimensões do ecoturismo. São Paulo: Senac São Paulo, 2002.

RODRIGUES, Lineu Neiva (org.). Agricultura irrigada no Cerrado: subsídios para o desenvolvimento sustentável. Brasília, DF: Embrapa Cerrados, 2023. 200 p. ISBN 978-65-89957-83-6. Disponível em: <https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. Turismo e planejamento sustentável. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; D'ALBUQUERQUE, Raquel Wanderley. O que é um estudo de caso e quais as suas potencialidades? Revista Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 23, e55631, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fch/article/view/55631>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política. 1. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SWARBROOKE, John. Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética. V. 5. Tradução de Saulo Kriegerl. São Paulo: Aleph, 2000.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. Brasil já perdeu um terço de sua vegetação nativa, mostra MapBiomas. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/brasil-ja-perdeu-um-terco-de-sua-vegetacao-nativa-mostra-mapbiomas/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Turismo).

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

** Este artigo integra as atividades do projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), voltado à análise das potencialidades da atividade ecoturística no estado de*

Goiás. A pesquisa está vinculada ao Laboratório de Geografia, Imaginação, Criatividade e Arte – LAGICRIARTE (IESA/UFG), onde vêm sendo desenvolvidas investigações interdisciplinares sobre clima, território e práticas socioambientais

Paulo Roberto Ferreira de Aguiar Junior

Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Tecnólogo em Gestão Turística pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, IFG. Atualmente é professor na rede de ensino básico no Estado de Goiás Secretaria da Educação de Goiás, Centro de Ensino em Período Integral Lyceu de Goiânia.

Rua 21, Setor Central, 74030070 - Goiânia, GO – Brasil

E-mail: paulo.rjunior@seduc.go.gov.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8659-9362>

Juliana Ramalho Barros

Doutora e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho, campus de Rio Claro – SP. Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Goiás, onde também atua no Programa de Pós-Graduação.

Campus Samambaia, Caixa Postal 131 - Vila Itatiaia – 74.001-970 – Goiânia, GO – Brasil.

E-mail: juliana@ufg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9264-2785>

Ana Luisa Lopes Sales

Graduanda no curso de bacharelado em Geografia na Universidade Federal de Goiás, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e integrante do LaGICriArte/IESA.

Campus Samambaia - Vila Itatiaia – 74.001-970 – Goiânia, GO – Brasil

E-mail: ana_sales@discente.ufg.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3444-865X>

Recebido para publicação em junho de 2024.
Aprovado para publicação em agosto de 2024.